



RELATÓRIO DA DIRECÇÃO

Exercício de 1 de Janeiro de 2009 a 31 de Dezembro de 2009

A Direcção vem apresentar o seu relatório do Exercício de 1 de Janeiro de 2009 a 31 de Dezembro de 2009.

I – Relações da ACPI com a FICPI – Fédération Internationale des Conseils en Propriété Industrielle

De 6 a 8 de Junho de 2009 realizou-se, em Washington, o Congresso da FICPI onde estiveram presentes vários membros da Associação.

De referir que, paralelamente a este Congresso teve lugar mais uma reunião do Comité Executivo, tendo a Associação estado representada pelo Secretário-Geral

A Direcção procedeu à distribuição das resoluções aprovadas no Congresso.

Também o INPI foi devidamente informado das várias resoluções aprovadas nos referidos Comités Executivos.

De salientar que a representação da Associação nos Comités Executivos da FICPI não implica qualquer encargo para a Associação, uma vez que as respectivas despesas ficam a cargo dos representantes.

Os pedidos de admissão individual na FICPI, como previsto, foram, sempre que remetidos pela FICPI, distribuídos pelos membros para comentários.

II – ACTIVIDADES DA ACPI

1. Uma das questões que mais ocupou a actividade da Direcção foi a possibilidade de ratificação, por parte do Estado Português, do "Acordo de Londres". De forma a suportar e fortalecer a posição e argumentação da Associação, foram solicitados

pareceres numa primeira fase ao Professor Doutor Gomes Canotilho e, numa segunda fase, ao Professor Doutor Freitas do Amaral. Tais pareceres foram distribuídos por todos os membros da Associação e por um conjunto alargado de entidades, nomeadamente responsáveis políticos, partidos políticos e associações profissionais. No seguimento desse envio, e do pedido de audiência, a Direcção reuniu-se, durante o ano de 2009, com diferentes partidos políticos (Partido Socialista, Partido Comunista, Partido Social-Democrata, Bloco de Esquerda e Partido "os Verdes"), com o Gabinete do Primeiro-Ministro e com o Gabinete do Ministro da Cultura.

Naturalmente que a Direcção se congratula com o facto de, apesar de ter estado muito perto de o ser, o referido protocolo não ter sido ratificado até à presente data.

2. No seguimento do sucesso do I Forum ACPI, realizou-se no dia 28 de Maio de 2009, no Hotek Real Palácio, em Lisboa, o II Forum ACPI. O tema deste II Forum foi "Marcas e Patentes: Inovar para vencer".

Foi um evento que correu de forma extremamente positiva, com mais de 100 inscritos. Durante todo o dia, e distribuído por 4 painéis discutiram-se inúmeros aspectos relacionados com a propriedade industrial e a nossa profissão. Igualmente foi possível, com este evento, dar uma maior visibilidade à nossa Associação.

3. Tendo a Direcção sido alertada por alguns Membros, para a prática dos serviços do INPI, no que se refere ao prazo para a resposta a notificação de recusa provisória nos processos de marcas internacionais, foi remetida ao INPI uma carta com a posição da associação.

Após troca de argumentos com o INPI, acabou por ser implementada a solução proposta pela ACPI.

Ficaram, assim, garantidos os direitos dos titulares, mas, também, os interesses profissionais dos Membros da ACPI.

4. Ainda neste âmbito a Associação tomou posição pública contra a Portaria n.º 1254/2009, de 14 de Outubro que, no contexto do programa SIMPLEX, introduziu algumas alterações à tabela de taxas do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, nomeadamente suprimindo a taxa de registo de marcas, logótipos, recompensas, denominações de origem e indicações geográficas.

5. Tendo sido convidada pelo Director Geral do Instituto Moçambicano da Propriedade Industrial, para estar presente no evento comemorativo do 10º Aniversário da Propriedade Industrial em Moçambique, a Associação fez-se representar pelo Secretário-Geral.

6. A 14 de Dezembro realizou-se, mais uma vez, o jantar de Natal da nossa Associação. O local escolhido foi o Grémio Literário, tendo proporcionado mais um momento de convívio informal entre os membros da associação.

7. Como tem sucedido nos últimos anos a Associação tem tido uma importante presença nos órgãos de comunicação social, permitindo não só dar mais visibilidade à Associação, como tornar públicas as opiniões e argumentos da Associação. Nesse sentido foram publicadas, entrevistas, artigos de opinião, várias notícias. Tendo ainda havido participação em programa de rádio e de televisão.

A Direcção entende que esta presença mediática é fundamental para a defesa dos interesses dos membros da Associação. Aliás os resultados são visíveis e por todos conhecidos.

A colaboração de uma agência de comunicação foi importante na referida exposição mediática. Contudo esta opção tem custos e é hoje claro que a simples quotização dos sócios, aos valores actuais, não é suficiente para fazer face aos custos inerentes, pelo que, para no futuro será necessário equacionar outras formas de financiamento da actividade da Associação.

8. De forma informal a Direcção criou uma Comissão de Acompanhamento Legislativo de forma a contar com o apoio de diversos membros na preparação de respostas e comentários da Associação aos diferentes temas jurídicos que lhe são apresentados. No último ano essa Comissão contou com a participação dos membros Paulo Vieira Barreto (Coordenador), António Côrte-Real, Isabel Franco, Ana Ferreira da Silva, António Andrade e Nuno Cruz.

9. De toda a actividade da Direcção foi sempre dado permanente conhecimento aos membros, entendendo a Direcção ser essa troca de informações fundamental para o bom funcionamento da Associação.

10. Foram atempadamente cumpridas as obrigações relativamente às quotizações, como Grupo Nacional, na FICPI.

Lisboa, 20 de Abril de 2009

A DIRECÇÃO

César Bessa Monteiro

Paulo Monteverde

Gonçalo de Sampaio

Jorge Afonso Cruz

Luís Miguel Cunha Ferreira